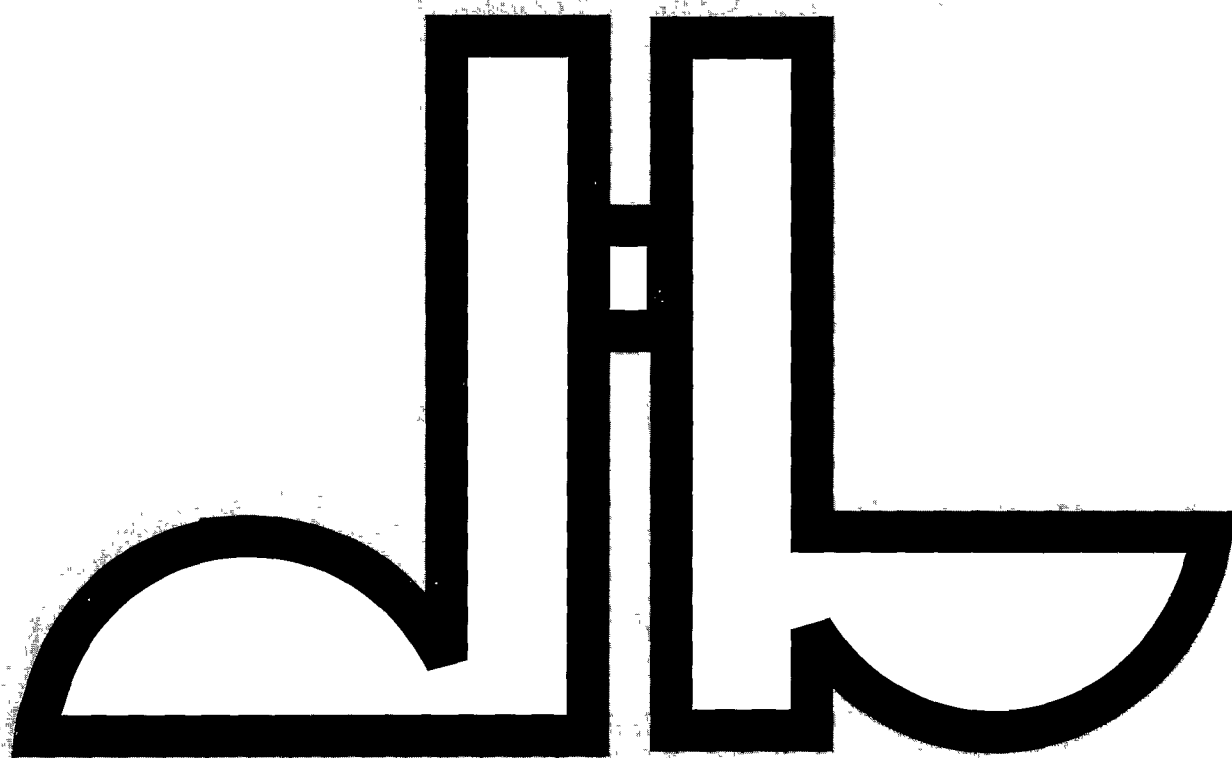




República Federativa do Brasil



DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
SESSÃO CONJUNTA

MESA DO CONGRESSO NACIONAL

PRESIDENTE

Senador **ANTONIO CARLOS MAGALHÃES – PFL – BA**

1º VICE-PRESIDENTE

Deputado **HERÁCLITO FORTES – PFL – PI**

2º VICE-PRESIDENTE

Senador **ADEMIR ANDRADE – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – PA**

1º SECRETÁRIO

Deputado **UBIRATAN AGUIAR – PSDB – CE**

2º SECRETÁRIO

Senador **CARLOS PATROCÍNIO – PFL – TO**

3º SECRETÁRIO

Deputado **JAQUES WAGNER – Bloco (PT/PDT/PSB/PPS) – BA**

4º SECRETÁRIO

Senador **CASILDO MALDANER – PMDB – SC**

ELABORADO PELA SUBSECRETARIA DE ATA DO SENADO FEDERAL

CONGRESSO NACIONAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 16ª SESSÃO CONJUNTA (SOLENE), EM 10 DE NOVEMBRO DE 1999

1.1 – ABERTURA	
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a homenagear o sesquicentenário do nascimento de Rui Barbosa.	16643
1.2.1 – Oradores	
Senador Jefferson Péres	16643
Deputada Maria Elvira	16646

Senador Artur da Távola	16649
Deputado Paes Landim.....	16653
1.2.2 – Fala associativa da Presidência	
(Senador Antonio Carlos Magalhães).....	16656
1.3 – ENCERRAMENTO	
2 – COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO	
3 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)	

Ata da 16ª Sessão Conjunta (solene), em 10 de novembro de 1999

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 51ª Legislatura
Presidência do Sr. Antonio Carlos Magalhães

Inicia-se a Sessão às 10 horas

Compõem a Mesa: à direita do Presidente Antonio Carlos Magalhães: o Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Michel Temer e o Senador Lúdio Coelho; à sua esquerda: o Senador Bernardo Cabral e o Senador Luiz Otávio.

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Declaro aberta a sessão solene destinada a comemorar o sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa.

Concedo a palavra ao Senador Jefferson Péres.

O SR. JEFFERSON PÉRES (Bloco/PDT – AM. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, ilustres convidados, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, ao receber a envaidecedora incumbência de falar no dia de hoje, meu primeiro impulso, logo contido, foi recusá-la. Não sob a alegação, ditada por falsa modéstia, de me sentir incapacitado para a missão, mas pela convicção da real dificuldade de ter algo novo a dizer a respeito do homenageado, monstro sagrado da nossa História, com vida e obra

esquadrinhadas por oceânica bibliografia. Tivesse eu paciência monástica, que não tenho, para varar madrugada garimpando arquivos na busca de aspectos desconhecidos de sua trajetória, ainda assim, escassa seria minha contribuição a tudo que dele já foi dito e repetido.

Afinal, trata-se de um mito tão arraigado no imaginário popular, que na minha juventude, lembro, tornou-se sinônimo de inteligência privilegiada. “É um rui barbosa!” – era a expressão designativa dos superdotados de talento ou equipados de vasta erudição. Pertencem ao folclore supostas passagens de sua vida, contadas como verdadeiras, que lhe atribuem feitos prodigiosos. Como o nunca acontecido vaidoso exibicionista em Haia, onde teria perguntado aos participantes da Conferência em qual idioma queriam que falasse. Ou aquela outra, reveladora de fabulosa memória, ao indicar ao neto, na sua biblioteca de 50 mil volumes, a estante, a prateleira e o lugar na fileira em que acharia o livro solicitado. Cito-as apenas como exemplo de um culto popular ingênuo que beirava a idolatria.

A essa fase, no entanto, seguiu-se outra de quase esquecimento. Motivada por preconceito de irreversível conotação ideológica, a tentativa de desmitificação — em princípio, salutar — acabou por implicar uma injusta condenação, ao elegê-lo como símbolo do bacharelismo, tomado no sentido pejorativo de legalismo, formalismo e alienação em relação a questões de substância. Para essa corrente, de inspiração marxista, Rui seria o típico arauto da burguesia, defensor da democracia formal, impeditiva das grandes transformações sociais de que o País necessitava. Um julgamento preconceituoso e injusto, repito, porque, no seu tempo, Rui foi um homem de vanguarda, um rebelde contestador, permanentemente irredimido com injustiças, e os valores políticos e jurídicos que defendeu estão, hoje, consagrados universalmente. A História, portanto, fez-lhe justiça.

Certo é que ninguém, menos ainda um vulto histórico, há de ser envolto em um incensamento acrítico, entronizado em um altar como se sobre-humano fosse, livre de defeitos e infenso a erros. Rui não poderia ser exceção.

De minha parte, porém, confesso que, à leitura das críticas, não obstante a contundência de algumas, em nada se abalou meu julgamento do homem e do seu papel na História. Ao contrário, estou mais convencido hoje do que ontem da irrelevância dos seus possíveis erros, se o avaliarmos inserido em sua circunstância, quando será fácil verificar o extraordinário descortino de quem enxergou muito além dos seus coevos. E os defeitos empalidecem, insignificantes, ante a constelação de virtudes que lhe esmaltavam a personalidade.

Verdade que me falta isenção para julgá-lo, na dupla condição de bacharel em Direito e amazonense. Na primeira, por vê-lo exaltado, desde os bancos do curso de Direito, como patrono da classe, personificação mesmo do advogado intemorato e intemerato, que dignificou talvez como ninguém a profissão. E o fez tanto pelo saber jurídico robusto, que esparramava a mancheias, em alentadíssimos pareceres e petições, como pela paixão e zelo com que empalmava as causas, com fervor de missionário e furor de legionário. E aos que lhe censuraram, mesquinamente, o alto preço cobrado pelos serviços, com maliciosa insinuação de mercenário, respondo com suas próprias candentes palavras:

“Na profissão em que tenho envelhecido com zelo da sua e da minha honra, ninguém tem sido mais liberal nos serviços, nos pleitos onde se não deve esperar remuneração, ou em que o meu desinteresse me

aconselhava abrir mão dela. Ninguém tem advogado gratuitamente maiores causas. Nos réus da minha clientela se inscrevem dezenas e dezenas, como clientes gratuitos, juntamente com os nomes de miseráveis e necessitados, as de professores e jornalistas, médicos e magistrados, deputados e senadores, funcionários e militares de todas as categorias. Mas sendo o meu ofício o meu meio de vida, o pão de minha casa, o amparo de meus filhos, não me seria lícito malbaratar o meu tempo, labor e saúde em benefício dos ricos e opulentos.”

Como amazonense, devo-lhe gratidão pelo patrocínio à causa do meu Estado, na disputa com a União pelo direito à justa indenização decorrente do desmembramento do Acre, atuando em duas frentes: no Judiciário e no Congresso. Não ganhou em vida, mas a vitória foi alcançada **post mortem**, quando o Amazonas viu reconhecido o seu direito, via dispositivo inserido na Carta de 34, graças à fundamentação que desenvolvera na tribuna parlamentar e no pretório.

Como se não bastasse, minha terra ainda lhe ficou devendo pelas suas manifestações, sendo, embora, Senador pela Bahia, em favor do Estado-irmão, vítima de toda sorte de desmandos, sob o império do arbítrio que culminou com o bombardeio da residência do Vice-Governador e Líder da Oposição. Também por isso lhe somos gratos.

Mas, tivesse eu nascido em outras plagas e escolhido profissão diferente — fosse insuspeito, portanto —, ainda assim, duvido que escapasse ao fascínio dessa figura poliédrica, com múltiplas facetas, cada uma das quais suficiente para consagrá-lo na galeria dos homens de exceção. E tão esmagadoramente evidentes, que resvalaram para o ridículo os que tentaram negá-las ou diminuí-las.

Vou ressaltar algumas, a vôo de pássaro, socorrendo-me dele mesmo ou de seus biógrafos. Ou, simplesmente, valendo-me dos fatos.

Assim, como não chegar ao limiar do espanto com a capacidade hercúlea desse trabalhador infatigável que, dividindo-se em tantas atividades, no fórum, no parlamento e na imprensa, entremeadas de campanhas eleitorais, pôde deixar uma obra monumental que atinge o total de duzentos volumes?

Como não se impressionar com a clarividência de quem, antes da famosa peça acusatória de Émile Zola, logrou vislumbrar a inocência do capitão Dreyfus e indignar-se com a iniquidade de que era vítima?

Como não reverenciar o vanguardista que, há mais de cem anos, já preconizava reforma tributária

que introduzisse imposto de renda, terras improdutivas e imposto progressivo sobre heranças, além de proclamar a injustiça dos impostos indiretos e – pasmem – sugerir o fim da tributação em cascata, muito antes da criação do imposto sobre valor agregado em qualquer país do mundo?

Como não admirar quem, dotado de firmes convicções, não receou a autocritica e, monarquista, tornar-se republicano; federalista, profligar o enfraquecimento da União; pai da Constituição republicana de 91, defender rigorosamente a sua revisão? E justificar, mais do que o direito, o dever de modificar posições, com esta sentença lapidar: “a suprema incoerência é a coerência no erro”.

Como não se enlevar com o cultor do idioma, de assombroso saber filológico, ostentado com exuberância na celebrada polémica em torno da redação do Código Civil? Por isso, e pela riqueza vocabular, a inveja dos apedeutas acoimou-o de verborrágico. Mas terá sido a sacrossanta verborragia de um requintado construtor de períodos, mestre da palavra, que, num português castiço, qual dedicado jardineiro, cuidou como poucos de emprestar à última flor do Lácio maior viço e beleza.

Como não se curvar ao reformador, aberto a mudanças, em perpétua inconformação com o **status quo**, que, na escravatura, clamou pela abolição; na monarquia, pregou a República; no Estado Unitário, pediu a Federação; num País eminentemente agrícola, defendeu a industrialização; que inutilmente se bateu pelas reformas educacional e tributária; e que, muito antes da Revolução de 30, preconizou leis trabalhistas, ao argumento, avançado na época, de que as relações entre patrões e empregados “deixadas ao domínio da contratualidade, redundariam na preponderância incontrastável da parte mais forte sobre a mais desvalida?”

Mas como, sobretudo, não se prosternar ante o apóstolo da liberdade, apanágio da sua vida, em defesa da qual amargou o exílio, porque nunca se vergou aos que violaram ou ameaçaram o Estado Democrático de Direito. Na luta contra os prepotentes, em resguardo dos direitos e garantias fundamentais, transfigurava-se num Júpiter Olímpico, dardejador de raios, conquanto apenas moralmente mortíferos porque verbais. Vexilários das boas causas, travou o bom combate, com desinteresse e coragem ao jeito daquele Bayard “**sans peur te sans reproche**”, porque isto que ele foi, a vida inteira, um combatente sem medo e sem mácula. Como ele mesmo definiu sua caminhada, ao dizer:

“Toda a minha carreira pública é uma contínua advocacia pelos escravos, pelos oprimidos, pelos humildes, pelas vítimas das injustiças, pelos rejeitados da sorte, pelos proscritos do poder, pelos reivindicadores da instrução, pelos amigos da ciência, pelos apóstolos e mártires do trabalho. E isto não se acha escrito só nos meus atos: bem claro também o está na minha índole e temperamento, no meu caráter e natureza. É contra os poderosos, os privilegiados e os grandes que sempre lutei, sem os cortejar nunca. É com os desprotegidos, os necessitados e os pequenos que sempre me achei, sem jamais os abandonar.”

Este seria um auto-elogio vituperante, se não correspondesse à verdade, abonada pelos seus biógrafos, como vemos nos trechos, a seguir:

De San Tiago Dantas:

(...) a vida de Rui Barbosa foi um repertório dessas virtudes, circunstâncias e episódios que exornam o ideal ético da classe média, e que constituem uma das forças profundas de que se alimenta sua fecunda trajetória social: não teve os favores e as facilidades da existência dos filhos das classes privilegiadas; foi um produto do seu trabalho e do seu merecimento(...) Que outro homem estaria predestinado, se não esse, para unir a sua figura à da classe e do povo cujo advento social ele profetizou?

De Américo Jacobina Lacombe:

Daí aquela visão dos nossos perigos; daí aquela percepção do ambiente universal e as profecias tão citadas, dos conflitos a que assistimos e a afirmação da vitória do bom senso anglo-saxão. Daí esse traço fundamental de sua atividade que é a grande força política (...): a crença na força invencível da razão, do bom senso, das boas maneiras e da elegância moral, que o haviam de colocar sempre de lança em riste contra tudo que favorecesse a força, o partidatismo, a intolerância, as grandes violências encobertas com as capas da salvação pública e do mal menor. De Paulo Bonavides:

Em um País de tão reduzida cultura política como é o nosso, necessitado de paradigmas e referências valorativas, a figura de Rui Barbosa avulta sempre agigantada no perfil solitário com que ele provoca o

nosso pasmo, a nossa perplexidade e, sobretudo, a nossa admiração sem limites. (...)

De João Mangabeira:

Não é o Rui jurista, escritor, filólogo, orador ou estadista que atua nas gerações novas. Não é este o Rui que está presente. É o Rui que escreveu nas almas, por todos os meios da palavra e todos os instrumentos da lei. Mas escreveu, sobretudo, com a prática de sua vida, com o espetáculo de sua luta contra a violência, contra a mentira e contra a opressão, luta que ele tantas vezes santificou com o próprio sacrifício.

De Oswaldo de Andrade:

Rui evidentemente faz falta pela constância na defesa de nossos superiores ideais políticos. Quando ainda não existiam condições objetivas para que se levantasse a questão social, ele foi um índice da nossa consciência da liberdade. Se a história do Brasil é uma história de opressões, temos forçosamente de exaltar as figuras que, como a de Rui, assumiam a responsabilidade da luta contra o reacionarismo conservador que ainda tenta fazer do brasileiro um escravo dos governos de força e um súdito inerme de interesses imperialistas.

De Rubem Nogueira:

O sentimento que tinha da advocacia era o de um grave ministério, aureolado de uma dignidade quase sacerdotal(...) Antes de aceitar o patrocínio de uma defesa, tomava tento da dimensão moral da causa, que para a sua sensibilidade era tudo.

De Almano Cardim:

(...) O equívoco do povo brasileiro, e daí a sua tragédia, foi o de, havendo encontrado Rui, não o ter seguido sempre como a um profeta. Porque Rui foi a cultura, foi o saber, foi o bom senso, foi a inteligência, foi o patriotismo. Na confusão tumultuária dos valores, no turbilhão inflacionista da mediocridade, ele sobressaiu sempre como a moeda que nunca desmerece.

Mas creio que basta. Não é preciso mais como exercício de amostragem da obra e da personalidade do gigante que homenageamos hoje, cinco dias após o transcurso do sesquicentenário do seu nascimento, merecidamente oficializado como Dia Nacional da Cultura. Pena que não seja também o Dia Nacional da Política, a propiciar anualmente reflexões em torno de sua figura paradigmática. Não, certamente, para

os que buscam a vida pública movidos por interesses condenáveis, nem tampouco para os que, no limbo cinzento da mediocridade, a subalternizam na disputa desprezível por coisas pequenas. Mas seguramente ele haverá de ser um referencial para os que nela ingressam dispostos a não se deixar conspurcar nunca, com a perda do espírito público, do senso ético e da sofreguidão de justiça. Estes terão em Rui, inarredavelmente, a sua estrela-guia.

Dir-se-á que estou sendo apologético. É verdade. Assumo isto, ao risco de desapontar os que gostariam de me ver minimamente crítico. Deixo a tarefa para outros, porque não consigo vencer o encantamento que por ele sinto desde a minha distante juventude. Continuo a vê-lo, cada vez mais, como um ser humano excepcionalmente grande. Tanto, que me angustia constatar que já não se fazem homens públicos da sua estatura.

Mas, como proclamou outro baiano, talvez de igual porte, mas em outra dimensão, a orbitar no mundo mágico da poesia, "eu sou pequeno, mas só fito os Andes". Ao contemplar a cordilheira dos pró-homens do Panteon Nacional, na qual Rui se sobreleva na culminância, a angústia de sabermos que não podemos *ser grandes como ele, será compensada, quem sabe, pela esperança de ao menos alcançarmos efêmeros instantes de grandeza.*

Vejam, porém, que chego ao final, para surpresa de muitos, sem ter falado do parlamentar e, mais especificamente, do Senador Rui Barbosa. Não foi esquecido. Deliberadamente, evitei discorrer sobre sua presença neste Senado, onde atuou por três décadas, ininterruptamente, até morrer. Seria demais para um discurso, no qual eualaria muito e diria pouco. Prefiro assim valer-me da metáfora feliz de Afonso Arinos, que aqui mesmo resumiu sua passagem dizendo que ele encheu esta Casa como um clarão.

Eis aí a síntese genial, que diz tudo. Por isso, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados e Senadores, permitam-me concluir com um toque pessimista, ao ousar dizer que seria inútil prosseguir falando a respeito do extraordinário baiano, na vã tentativa de lograr um brilho fugaz, de carona em sua esteira fulgurante. Definitivamente, não há chance de alguém brilhar nesta tribuna, porque Rui, sozinho, e para sempre, encharcou de luz este plenário. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra à nobre Deputada Maria Elvira.

A SRA. MARIA ELVIRA (PMDB – MG. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente do Congresso Nacional, Senador

Antonio Carlos Magalhães; Sr. Presidente da Câmara Federal, Deputado Michel Temer; demais membros da Mesa; Sr^{as} e Srs. Senadores; Colegas Deputados Federais; autoridades e visitantes, o mesmo sentimento que teve o Senador Jefferson Péres, da apologia, do encantamento, também tive, desde a minha mais tenra juventude, com relação a Rui Barbosa. Talvez tenha sido esse sentimento que nos levou, logo no início deste ano, ao sabermos que este seria o ano do sesquicentenário do nascimento de Rui Barbosa, a propor, Deputado Paes Landim e eu, a realização de uma solenidade oficial na Câmara Federal para comemorar essa data. Em muito boa hora, o Senado Federal e a Câmara dos Deputados se juntam para aqui realizarmos esta sessão solene.

Recordo-me de uma visita que, neste ano, um grupo de Parlamentares fez à Holanda para participar de um congresso sobre populações e desenvolvimento. Esse congresso aconteceu na cidade de Haia, uma cidade pequena, bonita, onde tivemos a grata oportunidade de visitar a tribuna de onde Rui Barbosa, delegado brasileiro na Conferência da Paz, tornou-se lendário. Tal foi o brilho com que esse baiano, representante vindo dos longínquos trópicos, construiu a defesa das pequenas nações junto às grandes e poderosas nações, que, de imediato, naquele momento, o Brasil ocupou uma posição de liderança entre os países menos poderosos. Ele próprio, Rui Barbosa, sendo lançado à fama internacional, tornou-se a Águia de Haia.

Sr. Presidente, gostaria de, com muita modéstia, compartilhar com os Srs. Congressistas uma história de Leonardo Boff, que, singelamente, por meio de uma metáfora – como o fez também o Senador Jefferson Péres –, conta o episódio da águia e da galinha. E, ousadamente, eu gostaria de contar essa história neste tão importante plenário.

Certa vez um camponês andava pelo campo e encontrou um filhote de águia que estava ferido. Penalizado, ele levou a pequena ave para sua casa, onde dela tratou, deu-lhe água e alimento e aplicou ungüento nas feridas. E essa pequena águia cresceu e sarou. Como não havia lugar para deixá-la, ele decidiu colocá-la no galinheiro. Lá a águia acostumou-se a viver com as galinhas e tinha quase o mesmo comportamento dos galináceos. A águia dormia no poleiro, ciscava o chão, bebia no bebedouro, parecia que era mesmo uma galinha. Um dia lá chegou um naturalista, que, observando o comportamento da águia, disse que aquilo não poderia continuar, pois a águia é um ser nobre da natureza, que voa nas maiores altitudes, sobre as nuvens, e que tem uma visão privilegia-

da do mundo. O naturalista, então, pediu licença ao camponês para fazer uma experiência com a águia e levou-a para o campo. Lá, ele subiu num montículo de terra, colocou a águia em seu braço e lhe disse: “Águia, voe!”. E a águia não voou. Triste, repetiu, no dia seguinte, a experiência: “Águia, enfrente o horizonte. Você é um ser das alturas e não pode viver dentro de um galinheiro. Voe!”. E a águia não reagiu, nada fez e não voou. No último dia de experiência, o naturalista se lembrou de algo muito importante: as águias voam sempre em direção ao sol, o sol é o caminho, a bússola das águias. Ele, então, mostrou à águia o sol. Os olhos da águia piscaram, faiscaram, e ela preparou as asas e levantou vôo em direção ao sol.

Refletindo sobre essa metáfora, pensei que Rui Barbosa nunca viveu essa experiência, porque, desde jovem, já em São Paulo, na Faculdade de Direito do Largo do São Francisco, era um homem brilhante, efervescente, progressista, discutia e participava de todas as lutas pelo progresso da sociedade brasileira.

E é esse homem que hoje queremos homenagear, lembrando que para nós essa comemoração é um dever cívico, mas é também um prazer, porque temos um compromisso com a cultura e com a memória nacional. Nós, brasileiros e Parlamentares – e tenho o prazer de presidir a Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados –, temos esse compromisso.

Devemos nos lembrar também que Rui Barbosa enfrentou todos os desafios. Eu tentava identificar uma palavra que aproximasse Rui Barbosa dos dias atuais e lembrei-me, Sr. Presidente, da palavra “multimídia”. Rui Barbosa era um homem multimídia. Ele era capaz de ocupar todos os espaços, de trabalhar em todas as áreas, de fazer e de agir sempre da forma mais denodada, mais perfeita, mais eficiente, mais dedicada, mais séria.

Tenho aqui uma lista de características que poderíamos atribuir a ele: orador imbatível – nunca ninguém a ele se igualou; intelectual ávido pela inovação, sempre aberto a essas características da águia, do céu, do futuro, do novo; estudioso insaciável; liberal convicto; personalidade inquieta; idealista insubmisso a qualquer dificuldade que se lhe aparecesse.

Rui Barbosa nunca foi mais um. Teria, claro, de se destacar entre seus pares. Ele cumpriu uma verdadeira predestinação, polarizou em torno de si mesmo e esteve atento a todas as circunstâncias. Esteve onde emanavam todas as decisões de um Estado sumamente centralizador. Depois, atuou no jornalismo, como forma de lançar idéias, provocar, debater, criti-

car e persuadir. Por último, ele chegou onde estamos hoje, ao Parlamento, cujo exercício lhe daria condições institucionais de ajudar a mudar a face do seu País.

Sr. Presidente, Rui Barbosa, cômico da importância dos meios legítimos para chegar aos fins mais elevados, soube buscá-los, valendo-se apaixonadamente de todas as oportunidades. O jovem advogado logrou desse modo operar o destino. Quando se elegeu, em 1877 – fazendo um **flash-back** –, Deputado provincial pela Bahia e, no ano seguinte, Deputado na Assembléia Geral da Corte, ele estava dando prosseguimento à sua carreira e ao seu vôo de águia.

Os resultados não tardariam. Por influência muito grande de Rui Barbosa, aconteceu a abolição neste País. Extinguiu-se aquela marcha do trabalho servil. O Brasil foi o último país do Ocidente a fazê-lo. Muito devemos à Águia, Rui Barbosa.

Não satisfeito ainda, Rui continua o seu libelo, uma voz que abalava o Império. A monarquia estava com os dias contados; e, em 15 de novembro de 1889, instituiu-se a República Federativa dos Estados Unidos do Brasil.

A primeira Constituição dessa República, promulgada em 24 de fevereiro de 1891, trazia a marca inconfundível de Rui Barbosa. Não é, portanto, demais afirmar que muito do figurino presidencialista da jovem República brasileira a ele se deveu, ao ter colocado todo o seu talento jurídico a serviço da instituição.

Rui Barbosa, contudo – e, talvez, isso tenha acontecido pela sua capacidade –, ganhou muitos inimigos. A Nação brasileira estava ainda longe da pacificação. Como hoje, havia problemas sociais, políticos e econômicos a enfrentar. No plano interno, surgiam, uns após outros, embates ideológicos violentos e enormes polêmicas. E, naturalmente, a Águia, Rui Barbosa, estava sempre presente. Destacava-se a infiltração militar na política, ensejando em oposição ao célebre epíteto com que passaria à história.

Corria o ano de 1907. Afonso Pena era então Presidente da República. Hoje, quase um século à frente, a tese da Águia de Haia, Rui Barbosa, permanece atual: a hegemonia dos ricos agride e avilta como antes. O mundo continua a carecer dramaticamente de um novo ordenamento.

Inconformado, Rui Barbosa não aceitava os desmandos, mas, obediente à lei e ao arcabouço jurídico que ele mesmo ajudara a estabelecer, via na prática da democracia a única saída para as crises que se sucediam, à conta da fragilidade das instituições republicanas, muito novas, naquelas décadas iniciais

do século. Lutou contra as fórmulas viciadas de fazer política, que ainda existem até hoje. Lutou contra os privilégios, as oligarquias estaduais, ao tempo em que combateu também a condução da economia do nosso País. Seria, ao final de sua carreira, Senador e candidato por duas vezes à Presidência da República, sem nunca ter abandonado as lides na imprensa, tampouco a afamada banca de advocacia.

A Literatura continuou sendo a sua atividade mais querida. Inclusive, como estudante do curso de Letras, há algumas décadas, tivemos oportunidade de analisar textos de Rui Barbosa. E aqui repito, Senador Jefferson Péres, o encantamento que temos por Rui Barbosa.

Foi fundador da Academia Brasileira de Letras, sucedendo a Machado de Assis na Presidência.

Em 1º de março de 1923, faleceu Rui Barbosa, aquele que foi, com absoluta certeza, um cidadão não apenas de palavras, mas também de grandes gestos. Em face da assiduidade, da combatividade, da coerência, da sustentação, do conhecimento, assim como da legitimidade do seu pensamento, nele, a retórica não se perdeu no vazio.

Por ser dono de uma vontade férrea, de uma personalidade ímpar, lutava para ver a palavra transposta à realidade. Teve sempre direito ao sonho e, ao sonho, não se negou. Foi capaz de imaginar um mesmo Brasil, igual para todos, sem discriminação ou lutas, um Brasil que, infelizmente, perdeu-se em algum ponto da História, mas que, um dia, há de encontrar o seu rumo definitivo.

Rui Barbosa, a Águia de Haia, a nossa águia que nunca esteve no galinheiro, foi e é parte da história do Parlamento brasileiro, ao qual honrou e engrandeceu, dele se tornando um símbolo para o qual a passagem do tempo mais e mais exalta. E já são 150 anos! Que sua memória, se Deus quiser, continue viva entre nós, atuais membros deste Parlamento, como modelo ímpar de dignidade, de ética e de civilismo!

Por último, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Congressistas, senhoras e senhores visitantes, quero deixar à reflexão algumas palavras de Rui, que precisam sempre ser evocadas. Para mim, o texto a seguir, de sua obra vastíssima, deixa-nos uma lição de vida e de amor à Pátria. Assim como compartilhei com V. Ex^{as} da metáfora de Leonardo Boff, também o farei em relação ao texto de Rui Barbosa:

“Não busquemos o caminho de volta à situação colonial”. Isso é muito moderno, contemporâneo. Continuando:

"Guardemo-nos das proteções internacionais. Acautelemo-nos das invasões econômicas. Vigiemmo-nos das potências absorventes e das raças expansionistas. Não nos temamos tanto dos grandes impérios já saciados, quanto dos ansiosos por se fazerem à custa dos novos indefesos e malgovernados. Tenhamos sentidos nos ventos, que sopram de certos quadrantes do céu. O Brasil é a mais cobiçável das presas; e, oferecida, como está, incauta, ingênua, inerme a todas as ambições, tem de sobejo com que fatar duas ou três das mais formidáveis.

Mas o que lhe importa é que dê começo a governar-se a si mesmo; porquanto nenhum dos árbitros da paz e da guerra leva em conta uma nacionalidade adormecida e anemizada na tutela perpétua dos governos que não escolhe. Um povo dependente no seu próprio território e nele mesmo sujeito ao domínio de senhores não pode almejar seriamente, nem seriamente manter, sua independência com o estrangeiro.

Eia, senhores! Mocidade viril! Inteligência brasileira! Nobre Nação explorada! Brasil de ontem e amanhã! Dai-nos o de hoje que nos falta."

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Concedo a palavra ao nobre Senador Artur da Távola.

O SR. ARTUR DA TÁVOLA (PSDB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Antonio Carlos Magalhães; Sr. Deputado Michel Temer; Srs. Senadores componentes da Mesa; meus Colegas e amigos; Sr^{as} e Srs. Senadores; Sr^{as} e Srs. Deputados; autoridades presentes; senhoras e senhores, a minha fala talvez possa ter o seguinte título: "Rui não vale apenas pelo que sabia – e era tanto! –, Rui, vale pelo que era".

Há o hábito de se festejar em Rui, predominantemente, o homem do saber, o homem da cultura, o filósofo, o escritor excelso. Muitas vezes – e não foi o caso das homenagens de hoje, felizmente –, esse tipo de lembrança de Rui existe até para utilizar a sua imagem e a sua figura dentro de um contexto político-ideológico que não foi o dele, e, de certa forma, até para ocultar essa luta permanente de Rui por alguns dos valores básicos que República e Democracia trouxeram para o Brasil, ideais, aliás, ainda extrema-

mente distantes de serem conquistados cem anos depois.

Há duas atitudes básicas em política ou, se preferirem, dois temperamentos políticos predominantes, ambos com sofrimento. Nenhum deles detém a plenitude da alegria da atividade política, até porque a política não é uma atividade alegre. Essas duas atitudes são a velha e tradicional divisão entre idealismo e pragmatismo. Este é o conflito eterno da política, a dualidade que a acompanha, porque é a dualidade do temperamento humano.

Diz o idealismo: Há que dedicar-se ao debate de valores; exclusivamente ali está a finalidade da ação política. Diz o pragmatismo: De nada vale dedicar-se exclusivamente aos valores se não se dedica às normas para conquista do poder, sem o qual os valores não serão efetivamente exercitados. E assim se divide a classe política e a trajetória política.

Os idealistas padecem porque, de certa forma, satisfazem-se com o senso de justiça, as gratidões e o reconhecimento, e sofrem porque, efetivamente, não conseguem os objetivos de poder nos quais, não totalmente, mas pelo menos em parte, poderiam exercitar em plenitude o seu desiderato.

Os pragmatistas, ou os pragmáticos, têm a certeza de que é necessário pagar o preço pela conquista do poder e, quase sempre – eu disse quase sempre –, são engolfados pelo preço pago pela conquista do poder.

É nessa contradição, embora a política não seja composta exclusivamente de seres em estado puro – só idealistas ou só pragmatistas –, é desse conflito constante, é desse tormento ético diário – para usar uma expressão de Jung – vivido pelo político, entre os apelos do pragmatismo, da luta pelo poder e a certeza de que a luta pelo poder, muitas vezes, contraria o caminho da afirmação dos valores – não sempre, porém muitas vezes – que se dá o grande tecido da complexidade e também da grandeza e também do sofrimento da ação e da vida política.

Rui Barbosa encarna como poucos esse conflito – como poucos! A sua vida pode, de certa maneira, ser caracterizada pela luta, pelo exercício desse conflito. Ele era, basicamente, um idealista que fez o que pôde dentro de si para ser pragmático e que, como todo idealista, efetivamente, nunca conseguiu ser um pragmático eficaz. Talvez não tivesse ao seu lado alguns baianos que, posteriormente, o ensinariam a ter sido Presidente da República, pelo menos em uma das vezes em que se candidatou.

A vida de Rui Barbosa é permanentemente essa perseguição. Na faculdade, franzino, sem os valores

formais da beleza jovem, com quem se depara? Castro Alves, brilhante, facundo, generoso, altissonante, poeta, condoreiro. E, ali, o Rui, temperamento enfermiço, de pequena estatura, inferiorizado nas lides da atividade externa da vida, reflui para o estudo, para o aprofundamento. E, de certa forma, até desdenha as naturais e tão formidáveis expansões da juventude de Castro Alves e de outros colegas seus. Adoece, inclusive, pouco depois, em virtude de uma congestão ou algo parecido, e, basicamente, ao lado daquele seu pai – que foi a grande figura, a figura marca, o norte de sua vida, que o acompanhou, que o iniciou nas idéias políticas, que, como ele, tinha uma preocupação social, e cuja morte sentiu tanto, embora o pai lhe tenha morrido depois da mãe, dona Maria Adélia –, Rui Barbosa, então, forma um conjunto de pensamento, de amargura pessoal, de trabalho consigo mesmo. E esse tipo de personalidade é muito interessante, porque ou descamba para o ressentimento dos mais fracos, ou encontra dentro de si forças capazes de superar essas limitações.

Conheci um outro baiano assim, Anísio Teixeira, um homem que teve enormes dificuldades no início de sua vida, até por ter razões semelhantes às de Rui Barbosa, e que esplende na inteligência quando ela se torna generosa e capaz de passar por cima de todas as dificuldades que poderiam tê-lo – ou tê-los – conduzido a posições de repressão, de ressentimentos e de mágoa.

Rui, então, se forma dentro dessa linha e, a partir daí, toda a história de sua vida é uma história permanente da tentativa, eu quase diria fracassada – de um fracasso que hoje lhe traz a glória, e já veremos que se a glória dos pragmáticos é o presente, a glória dos idealistas é o futuro –, de conciliar um esforço pragmático com uma enorme tendência não ao devaneio filosófico, mas à concretude de idéias políticas nas quais se baseou e permanentemente venceu.

Ele, portanto, passa à História não como o homem que conquistou o poder, embora tenha sido Senador por muitos anos, etc, mas como um homem que não conquistou o poder. Em compensação, de um homem sempre barrado no sonho de conquistar o poder, e por isso mesmo, transformou-se em um dos grandes formadores de uma massa de pensamento que, muito mais forte do que o poder real, é a que faz as verdadeiras transformações da sociedade.

A vitória dos idealistas é sempre fora deles; a vitória dos pragmáticos é sempre neles, e nisso consiste uma das decisões éticas mais complexas da atividade política. Quantos políticos contrariam o seu temperamento – e essa lição Rui nos dá – na tentativa de

se tornarem pragmáticos, quando nada mais são do que generosos e formidáveis idealistas? Quantos pragmáticos buscam colocar idéias – às vezes conseguem – dentro da sua atividade política para torná-la algo mais do que pagar os preços necessários às vitórias? Este é o conflito atual, permanente, eu diria eterno, dessa atividade tão complexa que é a atividade política. Por isso Rui é importante numa casa política, tanto quanto o será na Academia Brasileira de Letras, como o seria na Associação Brasileira de Imprensa. Porque, basicamente, ao longo de sua vida, assim sempre foi.

Advogado e jurista, político, filólogo por gosto próprio e por necessidade até de desenvolvimento da sua intelectualidade e da sua razão prodigiosa, e jornalista. Dei-me ao trabalho de anotar apenas os jornais em que, no século passado e no começo deste, Rui trabalhou: **A Reforma**, o **Diário da Bahia**, o **Rádical Paulistano** – onde ele sempre começou a fazer a pregação pela Federação contra o Estado unitário, uma de suas grandes bandeiras –, o **Diário de Notícias**, o até hoje conhecido **Jornal do Brasil**, de 1893, e **A Imprensa**. Portanto, em cada momento de queda política, e mesmo paralelamente à ação política, Rui sempre teve no exercício do jornalismo uma de suas frentes militantes. Por quê? Possivelmente porque soubesse que a política, por mais eloqüente que seja, nem sempre é capaz de chegar às consciências tanto quanto outras formas de ação na direção do pensamento.

Não há que pregar idéias apenas da tribuna política. E a tribuna política, a seu tempo, era uma tribuna muito mais considerada do que a tribuna política de nosso tempo. A seu tempo, inclusive, era a política que pautava a imprensa da época, diferentemente de nosso tempo, em que, aqui entre nós, é a imprensa quem pauta pelo menos 90% do comportamento da classe política.

Rui tem, portanto, na imprensa, essa presença concreta, onde ali exercia um curioso pragmatismo, não o da vitória no poder, mas o pragmatismo da vitória das idéias, da capacidade de disseminá-las. E assim segue, jurista eminente; e assim segue, político eminente, jornalista e filólogo.

Mas fiquemos com o político, que é o que nos cabe numa vida tão ampla e tão marcada por acontecimentos ligados à vida do País.

Também me dei ao trabalho de anotar algumas derrotas. É importante que o político se defronte com derrotas, principalmente para os idealistas. Churchill foi derrotado logo depois de haver sido um dos maiores heróis da II Guerra Mundial. Aqui no Brasil, nosso

Ulisses Guimarães é derrotado de uma maneira esmagadora logo após sair-se de uma organização notável, de um comportamento maravilhoso, não apenas na luta contra o arbítrio, mas, sobretudo, no comando da Constituição de 1988, numa das maiores, digamos assim, ofensas à oposição idealista, porque natural dos povos no seu comportamento diário. Rui inclusive é derrotado, em 1919 _ creio _, na última eleição presidencial a que concorreu, pouco tempo depois de haver recebido uma homenagem pelo seu jubileu intelectual, nacional, que, só no Rio de Janeiro, teve três dias seguidos de festas públicas, de haver sido já a Águia de Haia, de ser o reverenciado. Rui é derrotado nas urnas. Portanto, a derrota, que é uma companheira diária da nossa atividade, da qual muitas vezes fugimos sem saber quantas lições talvez ela nos traga _ e a Rui trouxe _, o atinge, Rui é um derrotado.

Eu me recordo, nesta Casa, de um dos últimos discursos – apontei para lá, porque ele se sentava ali – do Senador Darci Ribeiro, já bastante enfermo, sabendo-se próximo da morte, em que ele como que se despede da Casa – estávamos muitos de nós presentes aqui – arrolando as derrotas que teve, se sentindo um derrotado. Pensei comigo, e até cheguei, na ocasião, a pensar em colocar como título de um livro meu, o que não fiz: “Derrotado, mas invencível”. essa talvez seja uma das frases em que eu pude, de repente, compreender para mim mesmo o que está no bojo da derrota política. “Derrotado, mas invencível”. Porque não é derrotado quem prossegue; não é derrotado quem não desiste; não é derrotado quem continua a pensar; não é derrotado quem transforma a derrota em nova ação. Rui, primeiro, foi derrotado – já citei aqui – no brilho escolar. Castro Alves. Era a vitória do belo, do forte, do viril sobre o tímido, o franzino, o intelectual.

Há um romance de Thomas Mann, uma novela, chamada Tônio Krüger. Tônio Krüger é uma pequena novela, muito expressiva do que talvez tenha sido a juventude de Rui. Tônio Krüger era um temperamento introvertido, um homem capaz de olhar o mundo, de compreendê-lo e de descrevê-lo. Um escritor, em suma. Ao tempo da sua juventude – a novela é na primeira pessoa –, havia um companheiro, não me recordo o nome, que era o oposto dele: atleta, loiro, alto, sorridente, erótico, bonito. Ambos gostam da mesma mulher. Ele, em silêncio; o companheiro, evidentemente, manifestando. E, evidentemente, essa mesma criatura se apaixona pelo colega dele. Ele jamais chegara sequer a mencionar-lhe, por timidez, tudo o que dela sentia. E há páginas maravilhosas de

um homem de extrema sensibilidade a narrar tudo de beleza que via numa mulher nessa fase de plena lucidez do sentimento que é o amor (nenhum sentimento é tão lúcido como quando tocado de amor). E Thomas Mann, com o seu talento, descreve esse homem, muito mais capaz de dar felicidade àquela mulher do que o seu inocente colega doidivanas, que ali, possivelmente, alimentaria suas ânsias de amor para depois seguir um caminho, sempre o caminho dos caçadores permanentes, que são justamente esses temperamentos. E quando, muitos anos depois, ele a encontra, aí então tem a oportunidade de lhe dizer, quando já nada mais era possível, tudo o que, se tivesse dito ao seu tempo, possivelmente, quem sabe, lhe houvesse conquistado o coração.

A primeira derrota de Rui é aí. É nesse campo existencial, que não é desprezível como elemento biográfico. E dele, ou dela, derrota, não sai um ressentimento. Sai, ao contrário, a tentativa de auto-elaboração, de esforço e de desenvolvimento.

Quis ser monge beneditino num período depressivo, ainda jovem – não sei se todos acompanham na biografia de Rui esse aspecto; a idéia de ser monge beneditino (interessante que Anísio Teixeira também quis ser padre) passa e ele, então, de certa maneira, refulge e vai seguir a sua atividade política.

Em 1884, Manuel Dantas era o Chefe do Governo. Dantas, a quem ele havia ajudado inclusive na elaboração de uma das leis progressistas para seu tempo, o pretere na formação do ministério. Os políticos entenderão com muita clareza o quanto dói preterição na formação de ministério. E doeu a ele, que não queria o poder propriamente para um uso de garbo, mas para o exercício pleno daquele pragmatismo, vamos dizer assim, possível no idealista, que é o do desenvolvimento de suas idéias.

Ele, em 1889, um pouco antes da Proclamação da República, tem suas teses sobre o federalismo derrotadas no seu partido – teses sobre o federalismo que, se lermos, são de extrema atualidade hoje em dia, porque convenhamos, o Brasil praticamente ainda não proclamou a República e tampouco entendeu o que significa o regime federal. É só vermos, e este Senado é testemunha, a quantidade de poderes enfiados nas mãos da União, e que nem nós, Constituintes de 88, fomos capazes efetivamente de mudar e de transformar.

Ele é convidado para o último gabinete da Monarquia, e não aceita por ser contra o federalismo, e por essa razão não podia aceitar.

Vem a Monarquia e a República. E ele diz uma frase interessante, que, a seu tempo, merecia massa-

cres. Dizia Rui: “Monarquia e República são meios, a liberdade é o fim”.

Essa idéia, em plena luta de Monarquia com República, que separava as pessoas entre reacionários e conservadores – e vem daí a equívoca idéia de que Rui sempre se inseriu entre os conservadores, absoluta e completa inverdade histórica, considerando-se a sua vida –, ele considerava, talvez, que não estava ali a questão central. Elas são meios, a questão central estava na liberdade, na liberdade que ele via para o povo brasileiro. Como? Através de uma reforma educacional que buscou implantar e para a qual muito escreveu; pela eleição direta de Senadores, a chamada Lei Saraiva; pela abolição da escravatura e a incorporação de segmentos enormes da população à força de trabalho com outro padrão de dignidade; pelo ensino livre, já disse; pela República, a qual ele passa, de certa forma, a defender e até pelos direitos sociais, defendidos nas primeiras décadas do século, já dentro, é claro, de um quadro de evolução do próprio Rui Barbosa.

E em tudo isso, o que permeava? Algo que, a meu juízo, continua em plena atualidade, particularmente nos dias de hoje em que vivemos uma efusão do delírio capitalista em sua plenitude, que era “o progresso com conteúdo ético”. São palavras dele: “O progresso com conteúdo ético”. Quanto temos ouvido, neste fim de século, essa frase! Que já estava ali pregada por ele, porque estes eram os valores em torno dos quais Rui organizava o seu pensamento e se preparava para uma ação política. É verdade, derrotado. Derrotado por tudo isso e derrotado depois quando ele tem o conflito, ainda dentro do Governo de Deodoro, com Floriano Peixoto, que, em seguida, assume o Governo, e ele se passa imediatamente à oposição, porque com ele não tinha essa de marechal de ferro. Com ele era o primado da lei, porque a idéia de lei é o conteúdo concreto do Direito aplicado, sem o qual nenhuma sociedade se organiza.

Ele mesmo dizia, a propósito da liberdade:

“De nada vale o conceito da liberdade sem leis que a caracterizem, porque, enquanto a liberdade não é caracterizada em lei, é apenas uma utopia, um pensamento subjetivo. Ela só se torna real, com todos os seus valores, quando se transforma em lei ou quando a lei a preserva”.

Essas idéias, portanto, o levavam a esse permanente confronto, confronto com Floriano; revolta da armada; exílio de Rui; combate a Floriano no exílio, dentro do possível, e fora do exílio. Afinal, até que é reeleito Senador pela Bahia. Em 1909, derrota elei-

toral para a Presidência da República – primeira derrota. Em 1919, segunda derrota. Esse homem, portanto, chega aos limites do seu destino. Toca a fímbria do poder e, sem jamais havê-lo ocupado ou realizado em plenitude, consegue, nem sempre a seu tempo mas ao longo da história brasileira, uma compreensão, uma aceitação, um aprofundamento que nos eleva à reflexão: devemos ou não permanecer absolutamente fiéis ao que cremos, tenha o êxito que tiver?

Vivemos tempos e numa sociedade em que a única ética é o êxito. Sê-lo-á pergunto, diante da história, diante dos próximos – apenas o êxito ou a vitória a glória na mídia? Serão essas as principais matérias da ação política? Creio que a lição de Rui nos diz que não. Primeiro, nos diz e nos deixa a idéia de que em política a única força realmente indestrutível é a força moral; não é o êxito, não é a vitória, não é apenas o esmagamento do adversário, não é a glória eventual na mídia. Se repararmos a história, verificaremos que para ela entram os que não foram destruídos e só não foram destruídos os que tiveram força moral. Essa é uma grande lição.

A outra lição é a de que vale, permanentemente, à custa do que for, permanecer fiel a si mesmo. Não será esse um outro desafio ético dos maiores da política? Quantas vezes a sedução chega para o político com a tentação de que ele não seja o que é, ou porque dá mais presença na mídia, ou porque lhe traz melhores frutos, ou porque ele adota um comportamento e um temperamento que não são os seus? Possivelmente Rui nos tenha deixado a lição de que ser o que se é provavelmente é um dos maiores desafios da vida e do ser humano, até porque é bastante difícil saber-se em plenitude o que se é como pessoa. Mas sabemos basicamente o que somos como pensamento e sabemos basicamente o que somos como temperamento.

Por todas essas razões, Senhoras e Senhores, Companheiros Congressistas, já que o tema Rui Barbosa é tão brilhante e profundamente abordado e vasculhado em grandeza, largura, extensão e profundidade no Brasil, preferi esta reflexão, buscando jungi-la aos tempos contemporâneos.

E como manda a boa praxe dos discursos que se acabe com uma boa citação do homenageado, ao final de sua vida, acusado de reacionário, incompreendido em grande parte de seus pronunciamentos, de suas causas e de suas lutas, já idoso, diz Rui esta maravilha, que, ao mesmo tempo, é uma síntese de sua vida, até com datas:

“Aqui não se chora. Aqui se reage.” – é ele – “Aqui não se alçam bandeiras de lágrimas. Desfralda-se a bandeira da luta e da liberdade. A que me está nas mãos é a mesma de 1874, a mesma de 1888, a mesma de 1889, a mesma de 1893, a mesma de 1910, a mesma de 1916, a mesma de 1919; uma só, bandeira de cem batalhas, muitas vezes atraçoada, mas ainda não vencida: a bandeira do voto livre; a bandeira da extinção do cativo; a bandeira da União na Federação; a bandeira da Constituição republicana; a bandeira de ódio às oligarquias e ditaduras; a bandeira da honra do Brasil no estrangeiro; a bandeira da revisão constitucional; a bandeira da verdade na República, da liberdade na democracia, da moralidade na administração. Numa palavra: a bandeira do futuro”.

E eu lhes diria: a bandeira de hoje.

Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Antonio Carlos Magalhães) – Com a palavra o nobre Deputado Paes Landim.

O SR. PAES LANDIM (PFL – PI. Pronuncia o seguinte discurso.) – Excelentíssimo Senhor Senador Antônio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal;

Excelentíssimo Senhor Deputado Michel Temer, Presidente da Câmara dos Deputados e eminente professor de Direito Constitucional, que deveria ser o orador da Câmara neste momento;

Excelentíssimos Senhores e Senhoras Congressistas;

Excelentíssimo Senhor Procurador-Geral da República;

Excelentíssimo Senhor Ministro Valdeck Ornelas;

Senhoras e Senhores,

Nada do que se possa dizer de Rui poderá ser dito com maior eloquência do que já se disse nesses 150 anos que separam sua memória de seu nascimento. Nada do que sobre ele se possa escrever será escrito com maior pertinência e propriedade do que já foi escrito depois de sua morte. Essa é a dimensão de sua grandeza e de sua glória.

A glória de Rui, mestre da eloquência, cultor do Direito, pedagogo da cidadania, pregador de idéias, estadista, homem público, parlamentar, jurista e diplomata, jornalista, doutrinador, filólogo e lingüista, poeta e ensaísta, pregoeiro da liberdade e da supremacia do Direito, construtor de instituições, dispensa

demonstrações ostensivas de apreço e reverência. A glória de Rui! Ora, Sr. presidente, a glória de Rui! Ela paira, sobranceira, altaneira, olímpica, desdenhosa e inatingível nos dias de hoje, sobre nós e a nossa existência. Sobre nós que maltratamos o idioma que ele cultuou com esmero e cultivou com incomparável elegância. Sobre nós que, na maioria das vezes, esquecemos o valor de suas lições de respeito ao Direito, sem o qual as sociedades não sobrevivem, por mais elementar que seja sua organização. Ela sobreleva a imponência desses edifícios, destas salas, dos plenários, dos corredores e dos gabinetes, porque sobrevive além de sua e de nossas vidas, de nossas vitórias, de nossas conquistas e de nossas derrotas. Ela está inscrita com letras de fogo, como marcas indeléveis, na consciência cívica de toda a Nação, ele “que se consagrou herói da alma inconformada do País”, na bela expressão de Américo Jacobina Lacombe.

Sr. Presidente, nesta homenagem que o Parlamento brasileiro, que teve nele ao longo de sua história republicana a sua maior figura, lhe tributa, que mensagem de Rui eu poderia aqui humildemente abordar?

O Estadista da República, consagrado no ensaio magistral de Aliomar Baleeiro sobre a sua atuação no Ministério da Fazenda? Na opinião de João Mangabeira, seu maior discípulo, ele soube ver o futuro.

“organizando a nossa economia industrial e, ao mesmo tempo, mantendo em dia os compromissos do Tesouro, sem lançar mão de empréstimo, nem paralisar obras públicas. Depois vieram ministros opulentos, com a impiedade orgulhosa e sorridente da vida fácil, que a riqueza abastece de gozos. Neles, a sabedoria política consiste em lançar à miséria milhares e milhares de operários despedidos e em paralisar obras públicas indispensáveis ao progresso da Nação. E tudo isso para que, através do sofrimento da pobreza, se equilibrem orçamentos fictícios ou se anunciem saldos de encomenda, e, por entre manipulações e manigâncias, os ricos enriqueçam cada vez mais”.

O extraordinário na ação de Rui Barbosa no Ministério da Fazenda é que “se a implantação do regime republicano foi uma vitória da classe média, insurgida contra a escravidão, a monarquia e a aristocracia”, no dizer de Fernando Azevedo, Rui lutou no Ministério da Fazenda, pela “renovação da sociedade brasileira” na lição magistral de San Tiago Dantas, que assim doutrinou:

Homem da classe média, ele próprio, vindo de uma estirpe provinciana dada às profissões liberais, à magistratura e à política, e descendendo do ramo que se conservou pobre, enquanto os colaterais se aliavam à aristocracia agrária pelo casamento, Rui Barbosa punha naturalmente sua confiança nos homens industriais, de quem esperava o desenvolvimento econômico do país e a renovação de sua mentalidade, e para quem desejava ver as portas da oportunidade num meio até então congelado pelos privilégios da classe proprietária.

O grande jurista, o advogado inigualável, a consagração do princípio de igualdade entre as nações defendida em Haia? Não resisto, neste caso, Sr. Presidente, a transcrever o depoimento de Álvaro Lins na sua excepcional biografia do Rio Branco:

Para chefiar a Delegação Brasileira à Conferência da Paz, estava escolhido Joaquim Nabuco. O **Correio da Manhã**, porém, iniciou uma campanha de sugestão em favor do nome de Rui Barbosa, no que foi acompanhado por outros jornais. Rio Branco fez imediatamente de Rui o seu candidato, e levou a indicação ao Presidente. Sem retirar o convite feito a Joaquim Nabuco, telegrafa-lhe Rio Branco:

Já houve ministério águias, poderíamos ter ali delegação águias, se você quisesse.

Mas a combinação será impossível: Nabuco achava, com razão, que não poderia ir como segundo, e Rui só poderia ir como primeiro.

As três personalidades políticas consideradas as mais afirmativas e as mais brilhantes da época estavam agora colocadas no mesmo terreno, e cada uma delas desempenhou o seu papel de modo admirável. Nenhum sentimento de inveja, nenhum impulso mesquinho.

Permita-me, Sr. Presidente, que o modesto Professor de Direito, mais aprendiz que professor, esboce aqui, **en passant**, dois pontos marcantes da obra de Rui Barbosa: a federação e o significado do Poder Judiciário para nossas instituições republicanas.

Ninguém desconhece a paixão de Rui pelas instituições criadas pela Convenção de Filadélfia em 1787 – mais de 200 anos de continuidade constitucio-

nal sobre a qual vale a pena citar o ensinamento de um homem de formação marxista que é Pinto Ferreira:

“Caberia não menos consignar a originalidade individuante da obra da Convenção da Filadélfia abrangendo um conteúdo novo do constitucionalismo, mediante a técnica da separação de poderes, do federalismo, da república democrática e do controle judicial das leis. O testemunho insuspeito de Pomeroy assim o confirma: “The Constitution of the United States is peculiar: no other one has existed in times past, or exist now, resembling it”. (A Constituição dos Estados Unidos é peculiar, nenhuma outra existiu no passado e nenhuma outra no presente, é preciso frisar.)

No “Elogio de Castro Alves”, dirigido aos estudantes da sua Bahia querida, em 1881, em que ele dizia em certa oportunidade que era verdadeiro “ninho murmuroso de eterna poesia”, se encontra o testemunho eloquente da alma republicana de Rui Barbosa.

Uma das críticas superficiais feitas ao grande baiano é que a Federação seria uma mera cópia do modelo da Filadélfia, enraizado na trajetória histórica das ex-treze colônias da América do Norte, que de Estados independentes se reuniram na mais pujante federação que o mundo já conheceu.

A história das rebeliões no Império, Confederação do Equador, a República de Piratini, para exemplificar, não seriam manifestações federativas? O próprio Manifesto Republicano de Itú, de 1870, já defendia o mecanismo federativo.

Ora, muito antes da proclamação da República, Rui já justificava o imperativo categórico da federação como instrumento de mobilização da nacionalidade.

Assim, ele escrevia no **Diário de Notícias**, em outubro de 1889, que um país com a nossa dimensão continental, com mais de oito milhões de quilômetros quadrados, com diversidade de clima, de agricultura, de território de todas as conformações geológicas, não poderia ser um país unitário. Cada província dessa, portanto, no sistema federativo, teria seu próprio governo com a variedade de organização política que cada região assim exigiria.

E mais expressamente, em 6 de outubro de 1889, no Artigo do **Diário de Notícias**, ele dizia: “a federação é isto, meramente isto: o Governo da Província pela Província, num país onde a legalidade proclama o Governo da nação pela nação.”

Ainda em junho de 89: “A federação é o laço de unidade e o tipo normal da organização livre da nação

na imensidade e diversidade de um território como o nosso.”

E, finalmente, entre centenas de considerações sobre a federação dizia Rui, em outubro de 1899 – um mês e pouco antes da Proclamação da República:

“Dando a cada Província a posse completa da sua existência, o desenvolvimento proporcional à sua capacidade, a fruição inteira da messe do seu proporcional trabalho, da sua energia, do seu merecimento, com a vantagem adicional da defesa externa pelas forças de um grande Estado Federativo, do respeito assegurado entre as nações por essa aliança de elementos poderosos e da livre permuta comercial entre as regiões federadas, num sistema que veda os impostos de trânsito interprovinciais, – a Federação consolidaria em granito a unidade da pátria, criaria, numa acepção superior, essa unidade puramente oficial hoje, implantando-a com raízes eternas na esfera moral dos sentimentos nacionais; porque viria converter essa unidade, de mero interesse do centro, que hoje é, em interesse inteligível e benfazejo, de cada uma das Províncias.”

Daí assiste razão exatamente à eminente professora da Universidade Federal de Minas Gerais, a combativa professora Carmem Lúcia Antunes Rocha: “o princípio federativo mantém-se intacto pela garantia de imutabilidade constitucional que ostenta e pelo rigor e vigor do controle da constitucionalidade que se assegure no sistema fundamental”.

Ora, quem mais lutou neste País pelo princípio do controle da constitucionalidade das leis, o estudioso atento e apaixonado das teses e dos ensinamentos magistrais de John Marschal?

O maior intérprete do pensamento constitucional de Rui, João Mangabeira já chamava a atenção dentro desta ótica ruiana que “reforma constitucional não pode ser o fruto de maiorias efêmeras, obtidas prestidigitadas partidárias.”

Rui assim justificava o seu ideal da importância do Poder Judiciário no arcabouço republicano da Carta de 1891:

“As nossas tradições haviam-nos educado no dogma da supremacia parlamentar. Esta, a norma inglesa estabelecida com a revolução de 1688; a norma francesa decorrente da revolução de 1789; a norma européia generalizada com a propagação do governo constitucional, desde 1830, nas mo-

narquias limitadas; a norma brasileira introduzida com a nossa Constituição de 1823, e praticada em 66 anos de regímen imperial.

Substituí-la pelo regime presidencial, sem buscar na criação de uma justiça, como a americana, posta de guarda à Constituição contra as usurpações do presidente e as facções igualmente irresponsáveis, era entregar o País ao domínio das facções e dos caudilhos. Eis por que a Constituição brasileira de 1891, armando a justiça federal da mesma autoridade em que a investe a Constituição dos Estados Unidos, a dotou de garantias ainda mais numerosas e cabais, para arrostar as facções acasteladas no Executivo e no Congresso Nacional.”

No seu discurso de posse do Instituto dos Advogados do Brasil, como Presidente, em 1914, Rui já defendia ali que todo seu intento era transformar a cúpula do Poder Judiciário, na figura do Supremo Tribunal Federal, como o “grande Tribunal da Federação”.

No sistema de freios e contrapesos da separação de poderes, Rui inspira a inclusão, no texto da 1ª Carta Republicana, dos critérios de escolha dos Ministros para a nossa mais alta Corte de Justiça, submetidos os seus nomes à apreciação do Senado Federal, e a essa Câmara Alta também submetidos a julgamento nos crimes de responsabilidade.

O impressionante em Rui é que, parlamentar em grande parte de sua vida, nunca esmoreceu contra os próprios excessos constitucionais que o Parlamento poderia cometer, além de criticar, com veemência inusitada, os abusos governamentais, daí justificando, segundo ele, a criação dessa “autoridade extraordinária” que os patriarcas da grande república americana entregavam à justiça federal sobre os atos do Congresso e do Executivo. “O Judiciário, observava um célebre americano (Rui se referia a Hamilton) “é o mais fraco dos três ramos do poder e, conseqüentemente, o menos propenso a usurpar, não tendo influência alguma sobre a espada ou a bolsa pública, não podendo, assim, tomar nenhuma deliberação ativa, e dependendo até, afinal, do governo para a execução das próprias sentenças”.

Rui, arauto da Federação, demonstrava que a sua grandeza teria como colorário a grandeza do Tribunal da Federação, que, ao longo de sua trajetória republicana aos quados, deixou de perceber a lição de Rui, que, mesmo assim, jamais deixou de venerá-lo.

Daí a sua lição final:

"Nestas normas está em essência o melhor de todo o nosso régimen. Desconhecidas elas, a República Federativa mudaria completamente de natureza. Em todos os régimens livres, os poderes políticos têm freios e contrapesos à sua vontade, inclinada sempre a transpor as barreiras legais. Sob o Governo de gabinete, esses freios e contrapesos estão, quanto ao Poder Executivo, na responsabilidade ministerial, e, quanto às Câmaras Legislativas, na dissolução do Parlamento. Com o Governo presidencial, onde não existe nem o apelo das minorias parlamentares para a Nação, nem a responsabilidade parlamentar dos ministros, a garantia da ordem constitucional, do equilíbrio constitucional, da liberdade constitucional, está nesse templo da justiça, nesse inviolável sacrário de lei, onde a consciência jurídica do País tem a sua sede suprema, o seu refúgio inacessível, sua expressão final."

Encerro, Sr. Presidente, penitenciando-me perante V. Ex^a e meus ilustres Colegas e eminentes Senadores pela pobreza do meu fraco talento, ante a grandiosidade da vida e da obra de quem, mais do que exemplo, tornou-se símbolo de algumas das grandes virtudes do nosso povo, elevando-nos aos píncaros de alguns de seus maiores momentos. Tenho, porém, a desculpa de que nem mesmo as grandes figuras que passaram pelas duas Casas do Congresso Nacional tiveram a ousadia de fazê-lo. Tentar revelá-lo em toda sua majestosa dimensão seria tentar esculpir uma simples miniatura da mais soberba de nossas montanhas. É tarefa que está acima de minhas proporções humanas.

Permita-me por último, Sr. Presidente, concluir as minhas palavras com esse ensinamento de Miguel Reale, que sintetizou em seu trabalho sobre "A posição de Rui Barbosa no mundo da filosofia", o seu exemplo luminoso em nossa sociedade, descrevendo:

"... o seu exemplo edificante (...), não só pelo culto apaixonado do verbo, apreendido para além de sua mera simplificação pragmática, mas também pelo grau de seu desapego à certeza do êxito, pela sua **virtú** do risco pelo amor à nobreza dos gestos de optar. Há algo de lúdico e de heróico na cultura efetivamente humanística, que predispõe a resolver segundo imperativos que brotam da consciência do dever, sem subordinar a ação tão-somente à fria balança do

cálculo. Quando vemos o gigante da Bahia a arremeter-se à luta política com parcos trunfos para a vitória, afrontando o risco de sucessivas campanhas, desde o início fadadas ao insucesso, não há como negar a **virtú** de seu desapego, a superioridade lúcida de seu embate político, a beleza que há na equivalência ética de ganhar ou perder as batalhas do ideal."

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Quero comunicar aos presentes que, como parte das comemorações do sesquicentenário de nascimento de Rui Barbosa, estão sendo lançados e distribuídos, após a sessão, aos Srs. Senadores e às pessoas que nos honraram com as suas presenças os livros **O Pensamento e a Ação de Rui Barbosa e Rui, o Estadista da República**, de João Mangabeira, todos organizados pelo Conselho Editorial do Senado, presidido pelo Senador Lúcio Alcântara.

Senhor Presidente Michel Temer, que nos honra com a sua presença, não apenas como Presidente da Câmara dos Deputados, mas como professor de Direito e, como tal, cultor da obra de Rui Barbosa, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas senhoras e meus senhores, autoridades diplomáticas, Ministros de Estado, Procurador da República, todo povo que acredita em si mesmo, em seu destino, tem a obrigação histórica, moral, de cultivar a memória dos seus homens públicos, dos seus pensadores, artistas, poetas, prosadores e cientistas.

Mais completa se torna a exaltação dos fundadores da nacionalidade, por meio da lembrança e registro de todos os seus feitos.

Entre esses expoentes, talvez o maior, destaca-se um que a Bahia se orgulha de ter confiado ao Brasil:

RUI BARBOSA

Srs e Srs. Parlamentares, autoridades presentes a este ato, a homenagem que em memória de Rui Barbosa prestamos no sesquicentenário do seu nascimento, em sessão solene do Congresso Nacional, é justa e oportuna. É sobretudo uma honra para este Parlamento.

Desejara eu que esta data também tivesse sido melhor lembrada por outros poderes, numa festa de caráter nacional: o Executivo, que a tem abrigado a exaltação do 5 de novembro como o Dia Nacional da Cultura; e, mais ainda, o Judiciário, que não pode es-

quecer aquele jurista, o verdadeiro jurista, o farol da defesa do Direito, o guardião sem mácula da Justiça.

Não ousa nem pensar em como a ira santa de Rui, pelo seu verbo candente, não demoliria as muralhas desse verdadeiro sepulcro caído em que, em nosso País, se transvestiu algumas vezes o templo para ele sacrossanto da Justiça.

Rui Barbosa é espírito tutelar desta Casa, da qual foi integrante e que nos ilumina com sua presença nesse bronze, traçando-nos o caminho e dizendo o que devemos e o que não devemos fazer em função do Brasil.

Pelo seu verbo, foi ele tanto brisa suave quanto foi ventania, no espantar a atmosfera pesada dos autoritarismos, na luta pela liberdade e em defesa da democracia. Foi assim em toda a sua vida e, principalmente, no início da República que ele fundara, onde não teve o medo, sendo o principal autor da obra constitucional, de mudá-la, transformando-a na realidade de que o País necessitava na ocasião. Enfrentava com coragem os desafios, era um lutador que sabia pelejar.

Hoje, no Brasil, quando se abrem à luz casos gravíssimos de comportamentos de homens públicos, felizmente poucos, por meio dos trabalhos das CPI da Câmara e do Senado, falta a voz segura do grande jurista.

Falta a voz, mas aos parlamentares sobra aquela mesma coragem de Rui para prosseguirem na luta pelo primado do Direito e da Justiça, coragem essa derivada da memória e do exemplo do grande jurista, esse sim, o jurista que o Brasil cultua.

Cabem à perfeição, justas como uma luva, suas palavras sobre a necessidade da garantia de aplicação dos princípios da Justiça e do Direito, quando ele diz:

“Não há tribunais que bastem para abrigar o direito quando o dever se ausenta da consciência dos magistrados.”

Quanta atualidade e sabedoria não emanam dessas palavras!

Quão oportunos também não seriam o exemplo, a ação, o verbo de Rui em todos os desdobramentos da verdadeira devassa dos escaninhos da corrupção, do narcotráfico, do estelionato e das agressões aos direitos humanos, que nós, nas duas Casas, estamos promovendo pelo bem do Brasil!

Nesse sentido, Rui Barbosa constituirá sempre um modelo a seguir, um desafio mesmo. O seu saber, o seu conhecimento, a postura que assumiu em todos os instantes de decisão política, seu exemplo imaculado deverão ser a razão e objeto da nossa busca da

maior perfeição como políticos e, sobretudo, como homens públicos.

Registrar aqui, com firmeza, a atuação do Congresso Nacional como fator de ajuste dos instrumentos públicos da sociedade em favor dos mais pobres, dos excluídos e dos despossuídos, daqueles que batem insistentemente, muitos sem atendimento, às portas dos poderes públicos, é, em verdade, seguir os passos do grande advogado e jurista e edificar o que eu chamaria “memória viva” de Rui, o estadista da República.

Aos ataques, às ameaças de cerceamento ao Congresso, ele os fulminava com uma sentença lapidar: “Sejam quais forem os vícios originais de um Parlamento, a sua independência é sempre o seu inalienável direito”.

Mas também não devemos esquecer que nenhum Poder pode querer reduzir o outro à força; da mesma forma que nenhum Poder deve ser cortesão de outro.

Grande lutador pela abolição da escravatura, viria ele destacar-se como republicano da primeira hora, integrante do Governo provisório instalado pelo 15 de Novembro, aquele que rejeitou a intervenção de Floriano no seu Estado natal, dizendo em carta ríspida e intimidativa ao Presidente discricionário que “a Bahia não é um burgo podre”.

Em 1892 deu-se um fato de importância histórica para a democracia: a oração de Rui, perante o Supremo Tribunal, na apresentação do primeiro **habeas corpus** sobre matéria política que se impetrou no País.

O **habeas corpus** foi denegado, mas ele conseguiu um voto de Pisa de Almeida, que teve a coragem de enfrentar a célebre frase de Floriano. Quando lhe disseram que o Supremo ia dar o **habeas corpus** pedido por Rui, Floriano, com todo seu poder autoritário, disse: “Quem vai dar **habeas corpus** ao Supremo?”. Mesmo assim Rui lutou e ainda conseguiu o voto de um eminente Ministro do Supremo Tribunal.

Sua figura franzina, onde quer que estivesse uma causa de justiça, assomava em proporções de gigante na palavra clara e forte, retrato do seu raciocínio lúcido, haja vista o discurso da Anistia, pronunciado no Senado a 5 de agosto de 1905, em que dissecava a mensagem do Executivo sobre a competência dos tribunais de julgarem os participantes do levante da Escola Militar e no qual pede o perdão dos acusados.

A questão social foi levantada em um plano de reforma profunda durante a campanha eleitoral de 1919, quando candidato à Presidência da República,

na plataforma da Questão Social e Política no Brasil, no Teatro Lírico do Rio de Janeiro.

Como disse um dos brilhantes oradores, ele perdeu duas eleições não conquistou o poder, mas poucos conquistaram como ele – talvez ninguém – a glória que hoje estamos a comemorar aqui.

Vejam só, Senhoras e Senhores, que isso ocorreu há 80 anos. E ainda hoje nos perdemos nesse debate da pobreza no Brasil.

Centro solar da campanha civilista, Rui Barbosa não deixou apenas no Brasil a marca de sua personalidade forte. A estrela luminosa do seu saber brilhou também na tribuna da Conferência de Haia, em 1907. O imprevisto que pronunciou em resposta ao todo-poderoso, orgulhoso e autoritário Martens – que com ele disputava o primeiro lugar na Conferência de Haia, da qual, ao final, Rui saiu vencedor –, recebeu de Anatole France a qualificação de “expressão do mais nobre e puro francês”.

O vôo largo da Águia de Haia foi acompanhado então pelos olhos do mais arguto jornalista da época, Stead, que cobria a conferência. “Em pouco tempo”, disse ele, “desvaneceram-se as dúvidas sobre a qualidade e o calibre do representante do Brasil. (...) As duas maiores forças pessoais da confe-

rência foram o Barão Marshall, da Alemanha, e o Dr. Barbosa, do Brasil. Mas, ao acabar a conferência, o Dr. Barbosa pesava mais do que o barão”.

Esse é o grande Rui Barbosa, suprema glória dos brasileiros, seus irmãos.

Sr^{as} e Srs. Parlamentares, autoridades presentes, concluo este pronunciamento agradecendo a presença ilustre dos quantos aqui se encontram e, em particular, do Presidente Michel Temer. Registro que foi na luta contínua e sem tréguas, em defesa da justiça, da liberdade e da ética pessoal, que Rui Barbosa cunhou um princípio que nós, Parlamentares, devemos ter como postulado na ação de homens públicos que somos:

“Quando, para me sentar na minha cadeira de Senador, se me exigir que deixe a consciência à porta da rua, ou me dissimule a voz sob um falsete, ninguém me verá mais neste lugar, de onde hei de sair honrado, como entrei.”

Muito obrigado.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Antônio Carlos Magalhães) – Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 12 horas e 56 minutos)

COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

PRESIDENTE: Senador GILBERTO MESTRINHO (PMDB/AM)

1º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOVAIR ARANTES (PSDB/GO)

2º VICE-PRESIDENTE: Senador ROMERO JUCÁ (PSDB/RR)

3º VICE-PRESIDENTE: Deputado JOÃO COSER (PT/ES)

Relator-Geral do Orçamento: Deputado CARLOS MELLES (PFL/MG)

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTE

PFL

ANTÔNIO C. KONDER REIS
CARLOS MELLES
CÉSAR BANDEIRA
JORGE KHOURY
JOSÉ LOURENÇO
JOSÉ MELO
LAEL VARELLA
LAURA CARNEIRO
NEUTON LIMA
OSVALDO COELHO
PAES LANDIM
PAULO BRAGA
SANTOS FILHO
WILSON BRAGA

1 - JOÃO RIBEIRO
2 - LUÍS BARBOSA
3 - PAULO MARINHO
4 - SÉRGIO BARCELLOS
5 - ZILA BEZERRA
6 - AROLDO CEDRAZ
7 - DEUSDETH PANTOJA
8 - JAIME MARTINS
9 - LUCIANO CASTRO
10 - CIRO NOGUEIRA
11 - FRANCISCO GARCIA
12 - ARACELY DE PAULA
13 - JOSÉ CARLOS COUTINHO
14 - JOSÉ THOMAZ NONÔ

PMDB

ARMANDO ABÍLIO
DAMIÃO FELICIANO
FREIRE JÚNIOR
JOSÉ CHAVES
JOSÉ PRIANTE
OSVALDO REIS
PEDRO CHAVES
RENATO VIANNA
SILAS BRASILEIRO
WALDEMIR MOKA
WILSON SANTOS
EUNÍCIO OLIVEIRA

1 - DARCÍSIO PERONDI
2 - JOSÉ BORBA
3 - JOÃO HENRIQUE
4 - JORGE ALBERTO
5 - MILTON MONTI
6 - MÚCIO SÁ
7 - NORBERTO TEIXEIRA
8 - OLAVO CALHEIROS
9 - PEDRO NOVAIS
10 - PHILEMON RODRIGUES
11 - RICARDO NORONHA
12 - ALCESTE ALMEIDA

PSDB

ALBERTO GOLDMAN
BASÍLIO VILLANI
JOÃO LEÃO
NÁRCIO RODRIGUES
PEDRO HENRY
JOVAIR ARANTES
ANIVALDO VALE
PAULO FEIJÓ
DANILO DE CASTRO
ROMMEL FEIJÓ
ROBERTO ROCHA
PAULO MOURÃO

1 - JOÃO ALMEIDA
2 - FÁTIMA PELAES
3 - PEDRO CANEDO
4 - RAIMUNDO G. MATOS
5 - MÁRIO NEGROMONTE
6 - MARCUS VICENTE
7 - B. SÁ
8 - JÚLIO SEMEGHINI
9 - RICARTE DE FREITAS
10 - LÍDIA QUINAN
11 - SÉRGIO GUERRA
12 - ALEXANDRE SANTOS

DEPUTADOS

TITULARES

SUPLENTEs

PT

BEN - HUR FERREIRA
CARLITO MERSS
FERNANDO MARRONI
JOÃO COSER
JOÃO FASSARELLA
NILSON MOURÃO
VIRGÍLIO GUIMARÃES

1 - ANTONIO PALOCCI
2 - PEDRO CELSO
3 - JOSÉ PIMENTEL
4 - GILMAR MACHADO
5 - JOÃO PAULO
6 - LUIZ SÉRGIO
7 - JOÃO GRANDÃO

PPB

ALMIR SÁ
CLEONÂNCIO FONSECA
IBERÉ FERREIRA
MÁRCIO REINALDO MOREIRA
NELSON MEURER
ROBERTO BALESTRA
VADÃO GOMES

1 - JOÃO TOTA
2 - ELISEU MOURA
3 - PEDRO CORRÊA
4 - Dr. BENEDITO DIAS
5 - RICARDO BARROS
6 - VAGO
7 - VAGO

PTB

FÉLIX MENDONÇA
JOSÉ CARLOS ELIAS
FERNANDO GONÇALVES

1 - EDUARDO PAES
2 - RENILDO LEAL
3 - NELSON MARQUEZELLI

PDT

AIRTON DIPP
CORIOLANO SALES
EURÍPEDES MIRANDA

1 - GIOVANNI QUEIROZ
2 - POMPEO DE MATTOS
3 - VAGO

BLOCO (PSB/PC do B)

SÉRGIO MIRANDA
GONZAGA PATRIOTA
DJALMA PAES

1 - GIVALDO CARIMBÃO
2 - PEDRO EUGÊNIO
3 - AGNELO QUEIROZ

BLOCO (PL/PST /PMN/ PSD/PSL)

EUJÁCIO SIMÕES
JOÃO CALDAS

1 - MARCOS CINTRA
2 - VAGO

SENADORES

TITULARES

SUPLENTE

PMDB

RAMEZ TEBET
WELLINGTON ROBERTO
LUIZ ESTEVÃO
JOSÉ ALENCAR
GILBERTO MESTRINHO
NABOR JÚNIOR
MAURO MIRANDA

1 - MARLUCE PINTO
2 - CARLOS BEZERRA
3 - ALBERTO SILVA
4 - GILVAM BORGES
5 - NEY SUASSUNA
6 - JOÃO ALBERTO SOUZA
7 - VAGO

PFL

MOZARILDO CAVALCANTI
MOREIRA MENDES
EDISON LOBÃO
EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS
HUGO NAPOLEÃO

1 - CARLOS PATROCÍNIO
2 - ROMEU TUMA
3 - VAGO
4 - VAGO
5 - VAGO

PSDB

ROMERO JUCÁ
ANTERO PAES DE BARROS
LUIZ PONTES
LÚCIO ALCÂNTARA

1 - VAGO
2 - SERGIO MACHADO
3 - LUZIA TOLEDO
4 - VAGO

BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)

ANTONIO C. VALADARES
EDUARDO SUPLICY
SEBASTIÃO ROCHA
TIÃO VIANA

1 - ROBERTO SATURNINO
2 - VAGO
3 - VAGO
4 - VAGO

PPB

LUIZ OTÁVIO

1- ERNANDES AMORIM

Atualizado em 12/10/1999.

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (Representação Brasileira)

1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA - 51ª LEGISLATURA

PRESIDENTE DE HONRA: SENADOR JOSÉ SARNEY

MESA DIRETORA

CARGO	TÍTULO	NOME	PART	UF	GAB	FONE	FAX
PRESIDENTE	DEPUTADO	JULIO REDECKER	PPB	RS	621	318 5621	318 2621
VICE-PRESIDENTE	SENADOR	JOSÉ FOGAÇA	PMDB	RS	*07	311 1207	223 6191
SECRETÁRIO-GERAL	SENADOR	JORGE BORNHAUSEN	PFL	SC	** 04	311 4206	323 5470
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO	DEPUTADO	FEU ROSA	PSDB	ES	960	318 5960	318 2960

MEMBROS TITULARES

MEMBROS SUPLENTE

SENADORES

NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PMDB									
JOSÉ FOGAÇA	RS	*07	311 1207	223 6191	PEDRO SIMON	RS	*** 03	311 3230	311 1018
CASILDO MALDANER	SC	#14	311 2141	323 4063	MARLUCE PINTO	RR	** 08	311 1301	225 7441
ROBERTO REQUIÃO	PR	*** 09	311 2401	3234198	AMIR LANDO	RO	### 15	311 3130	323 3428
PFL									
JORGE BORNHAUSEN	SC	** 04	311 4206	323 5470	DJALMA BESSA	BA	# 13	311 2211	224 7903
GERALDO ALTHOFF	SC	### 05	311 2041	323 5099	JOSÉ JORGE	PE	@04	311 3245	323 6494
PSDB									
ALVARO DIAS	PR	** 08	311 3206	321 0146	ANTERO PAES DE BARROS	MT	#24	311 1248	321 9470
PEDRO PIVA	SP	@01	311 2351	323 4448	LUZIA TOLEDO	ES	*13	311 2022	323 5625
PT/PSB/PDT/PPS									
EMÍLIA FERNANDES	RS	##59	311-2331	323-5994	ROBERTO SATURNINO	RJ	# 11	311 4230	323 4340

LEGENDA:

* ALA SEN. AFONSO ARINOS	# ALA SEN. TEOTÔNIO VILELA	@ EDIFÍCIO PRINCIAL
**ALA SEN. NILO COELHO	## ALA SEN. TANCREDO NEVES	@ ALA SEN. RUY CARNEIRO
***ALA SEN. ALEXANDRE COSTA	### ALA SEN. FELINTO MÜLLER	*# ALA SEN. AFONSO ARINOS
@@@ALA SEN. DENARTE MARIZ		

MEMBROS TITULARES					MEMBROS SUPLENTE				
DEPUTADOS									
NOME	UF	GAB	FONE	FAX	NOME	UF	GAB	FONE	FAX
PFL									
NEY LOPES	RN	326	318 5326	318 2326	MALULY NETTO	SP	219	318 5219	318 2219
SANTOS FILHO	PR	522	318 5522	318 2522	LUCIANO PIZZATO	PR	541	318 5541	318 2541
PMDB									
CONFÚCIO MOURA	RO	* 573	318 5573	318 2573	EDISON ANDRINO	SC	639	318 5639	318 2639
GERMANO RIGOTTO	RS	838	318 5838	318 2838	OSMAR SERRAGLIO	PR	845	318 5845	318 2845
PSDB									
NELSON MARQUEZAM	RS	# 13	318 5963	318 2963	ANTONIO CARLOS PANNUNZIO	SP	225	318 5225	318 2225
FEU ROSA	ES	960	318 5960	318 2960	NÁRCIO RODRIGUES	MG	431	318 5431	318 2431
PPB									
JÚLIO REDECKER	RS	621	318-5621	318-2621	CELSO RUSSOMANO	SP	756	318 5756	318 2756
PT									
LUIZ MAINARDI	RS	*369	3185369	3182369	PAULO DELGADO	MG	* 268	318 5268	318 2268

LEGENDA:
* GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO III
GABINETES LOCALIZADOS NO ANEXO II

SECRETARIA DA COMISSÃO:
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS - ANEXO II - SALA T/24 - BRASÍLIA - DF - 70160-900
FONE. (55) (061) 318 7436 - 318 7186 - 318 8232 - 318 7433 - FAX: (55) (061) 318 2154
http://www.camara.gov.br (botão de Comissões Mistas)
e_mail - mercosul@abordo.com.br
SECRETÁRIO: ANTONIO FERREIRA COSTA FILHO
ASSESSORIA TÉCNICA: Dra. MARIA CLÁUDIA DRUMMOND, Dr. JORGE FONTOURA e Dr. FRANCISCO EUGÊNIO ARCANJO



EDIÇÃO DE HOJE: 24 PÁGINAS